

O Conselho Municipal de Saúde de Campinas aprova esta Carta no pleno de 24/03/2021.

O PL 1595/2019 de autoria do deputado Major Vitor Hugo tem origem no P5825/2016 apresentado pelo então deputado Jair Bolsonaro. O projeto altera a redação das leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999.

Estabelece e define o conceito de “Contraterrorismo” e termina por ampliar o próprio conceito de terrorismo para qualquer ato “que seja perigoso para a vida humana ou potencialmente destrutivo em relação a alguma infraestrutura crítica, serviço público essencial ou recurso-chave; e que aparenta ter a intenção de intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa, assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência”.

Determina que ações contraterroristas em geral configuram hipóteses de excludente de ilicitude (especificamente, legítima defesa própria e de terceiros, no estrito cumprimento de dever legal e estado de necessidade) e de culpabilidade.

Institui medidas para disciplinar as ações contraterroristas e controle de danos pelo Estado e, nesse sentido, é chamado de **PL do Vigilantismo** porque institui uma estrutura de vigilância paralela para controle e monitoramento social, que depende principalmente do Presidente. Institui o Sistema Nacional Contraterrorista e a Política Nacional Contraterrorista, com o fim de coordenar o preparo e emprego das forças militares, policiais e das unidades de inteligência nas ações contraterroristas.

É um grande risco para qualquer organização e movimento social!

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos, do PL do Amazonas, criticou nesta terça-feira a comissão criada por Arthur Lira para discutir um projeto antiterrorismo apresentado por Jair Bolsonaro. “É um tema completamente extemporâneo. Não há motivo nenhum para ser tratado agora, colabora apenas para aumentar o autoritarismo de certos setores”, afirmou Ramos ao assinar e receber uma carta endossada por cerca de cem entidades da sociedade civil contra a comissão. O documento foi entregue a Ramos pela deputada Fernanda Melchionna, do PSOL do Rio Grande do Sul.

Na semana passada, Lira criou uma comissão especial para discutir um projeto que tipifica o crime de terrorismo e cria o Sistema Nacional Contraterrorista. A proposta, originalmente apresentada pelo então deputado Jair Bolsonaro, foi reapresentada pelo deputado bolsonarista Victor Hugo, do PSL de Goiás, ex-líder do governo na Câmara. As entidades temem que a estrutura, subordinada aos militares, seja usada contra movimentos sociais. A carta afirma ainda que Lira criou a comissão sem comunicar os deputados.

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/vice-da-camara-ataca-comissao-criada-por-lira-para-discutir-projeto-antiterrorismo-de-bolsonaro-24937977>